

ECONOMIA SOLIDÁRIA



Foto: Luiza Prado/Jornal do Comércio

Santa Maria – RS, 2022

CONTEÚDO ELABORADO POR:

Profª Gisele Martins Guimarães
Acadêmico Arthur Humbelino dos Santos

EQUIPE TÉCNICA:

Arthur Humbelino dos Santos
Clayton dos Santos Lima
Felipe Cavalheiro Zaluski

EQUIPE DA INCUBADORA SOCIAL E PRE:

Lucas Veiga Avilla – CHEFE DE INCUBADORA SOCIAL
Elisandra Della-Flora Weinitschke – TÉCNICA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DA IS-UFSM
Jaciele Carine Sell – COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CIDADANIA (CODERC)
Flavi Ferreira Lisboa Filho – PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO (PRE)

Incubadora Social da UFSM
Avenida Roraima, 1000, prédio 47, sala 963, Bairro Camobi
Santa Maria – RS.
CEP: 97105-900
E-mail: incubadorasocial@ufsm.br

1. INTRODUÇÃO

Este guia pretende apresentar os conceitos ligados à economia solidária, como estes surgiram e como podem ser utilizados pelos trabalhadores e trabalhadoras como emancipação político-econômico-social. Guias como estes se mostram necessários, pois a busca constante por alternativas que proporcionam melhorias na vida do trabalhador é fundamental para o desenvolvimento de toda uma sociedade.

A Economia Solidária mostra-se como uma organização alternativa ao processo de produção capitalista e ao mesmo tempo como um importante movimento social. Isso se dá pelo fato da maneira que encara a realidade e possuir como objetivo o desenvolvimento integral dos sujeitos e não apenas os aspectos e resultados econômicos. Neste sentido, Leal & Rodrigues (2018, p.2) ao apresentarem Aleixo (2015), dizem que a Economia Solidária busca evitar a separação entre os aspectos econômicos, sociais e políticos, uma vez que ela trabalha nestas três dimensões de forma harmônica.

Vale aqui ressaltar que a Economia Solidária teve suas raízes fundadas na luta de trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de trabalho pós-revolução industrial. Este movimento se deu, principalmente, porque no período houve uma intensificação da substituição do trabalho humano por máquinas, além das péssimas condições de trabalho enfrentadas na época e os efeitos negativos ligados ao capitalismo. Apesar das suas diversas formas de análise, a depender do contexto ao qual está inserida, a Economia Solidária pode apresentar outras nascentes, porém, é consenso afirmar sua origem na Europa, ainda que remotamente ligada à Economia Social.

Na literatura, o conceito de Economia Solidária encontra diversas acepções, uma vez que este movimento pode ser compreendido de diversas formas, a depender da perspectiva do pesquisador, do movimento estudado ou do modelo proposto. Conhecer bem este conceito se torna peça fundamental para sua implementação de forma segura e coesa. Por exemplo, quando o pensador Paul Singer diz que a Economia Solidária é uma alternativa aos modos atuais de produção, ou, ainda, como uma forma alternativa de vida, conforme pensa Arruda (REIS e MEIRA, 2005).

Nos capítulos que seguem busca-se realizar uma conceituação teórica sobre o tema, posteriormente apresentando o seu contexto histórico, principalmente no que diz respeito a experiência brasileira, os princípios norteadores da proposta solidária, um pequeno comparativo entre a economia solidária e a economia de mercado, os diversos órgãos apoiadores e as políticas públicas ligadas ao movimento. Por fim, foram inseridos alguns exemplos práticos de empreendimentos solidários que obtiveram êxito em seus objetivos.

2. O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Para entender melhor o que é a Economia Solidária, faz-se necessário, inicialmente, analisar o significado de Economia. De forma geral, segundo o Dicionário Michaelis (2021a), “economia” pode ser definida como “ciência que estuda os fenômenos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, com o intuito de promover o bem-estar da comunidade; ciências econômicas”, ou seja, uma ciência que busca analisar os comportamentos humanos, seu desenvolvimento, a relação que é instituída entre os seus pares etc.

E, ainda segundo o mesmo dicionário, solidariedade pode ser definida, levando em consideração as definições que mais se enquadram com o buscado, como: “Responsabilidade recíproca entre os membros de uma comunidade, de uma classe ou de uma instituição.” Ou ainda “Estado ou situação de um grupo que resulta do compartilhamento de atitudes e sentimentos, tornando o grupo uma unidade mais coesa e sólida, com a capacidade de resistir às pressões externas”.

Com isso, juntando as duas definições é possível compreender e definir a Economia Solidária como sendo aquela ciência que busca compreender as relações sociais, seja na produção, distribuição ou consumo, com vistas a uma responsabilidade mútua entre os pares de uma organização, uma vez que há compartilhamento de sentimentos e objetivos, o que torna uma organização mais sólida que é capaz de resistir às pressões que são impostas pelos agentes externos a esta.

Vale aqui citar, conforme exposto por Fernandes e Betanho (2017), ao apresentar o conceito exposto pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que o conceito de Economia Solidária é multifacetário, uma vez que há contornos ligados à parte econômica, a cultural, e à política, conforme exposto abaixo:

ECONÔMICA	CULTURAL	POLÍTICA
Nesta dimensão, podemos compreender o jeito de realizar as atividades econômicas, como por exemplo os serviços que são oferecidos, a comercialização, o consumo, entre outros. Mas tudo com base na cooperação, autogestão e democracia.	Já nesta, é inclusa a forma de enxergar o mundo, as atitudes que são prestadas, a forma de consumir de forma sustentável etc. Este aspecto é mais simbólico e de valores, uma vez que se busca mudar os padrões atualmente impostos, migrando de uma competição exagerada para uma cooperação inteligente e justa.	Esta dimensão da definição de Economia Solidária se pauta na busca por mudanças sociais, onde busca o desenvolvimento do pequeno produtor de maneira solidária e justa, levando em consideração sempre a solidariedade, a democracia, a cooperativismo, preservação ambiental etc.

Como apresentado por Reis e Meira (2005), a Economia Solidária, segundo Coraggio (2000, 2003), liga-se a uma proposta alternativa de trabalho, que busca complementar a

economia privada e mercantil, atualmente predominante em nossa sociedade. Para Paul Singer, a Economia Solidária se apresenta como um movimento cooperativo, que busca uma forma de produção alternativa ao modelo capitalista, tendo como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada e os direitos ligados às liberdades individuais.

a. Entrevista com Paul Singer:

Com o objetivo de tornar mais palpável esses conceitos, apresentamos uma entrevista concedida por Paul Singer, que foi um importante pensador acerca do tema, além de ter sido professor na Faculdade de Economia e Administração da USP e Secretário Nacional de



Foto: Roberto Barroso/ABr/WikimediaCommons

Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2011. Nesta conversa com Paulo de Salles Oliveira, escritor e doutor em Psicologia Social, Paul apresentou suas experiências e perspectivas relacionadas à Economia Solidária, conforme transcrito nos trechos abaixo:

Paulo de Salles Oliveira: Paul, gostaria que você iniciasse explicando o que é economia solidária?

Paul Singer: Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.

Paulo de Salles Oliveira: Qual seria a importância principal da economia solidária na sociedade brasileira atual?

Paul Singer: Ela basicamente demonstra que a alienação no trabalho, que é típica da empresa capitalista, não é indispensável. A heterogestão é justificada como eficiente

a partir da visão de que alguns são mais capazes do que outros. A meritocracia justifica o poder de decisão estar concentrado no dono, o capitalista, depois em seus gerentes, enquanto a grande maioria é destituída de qualquer poder de decisão e mesmo de conhecimento sobre o conjunto. O raciocínio é circular: se o capitalista e seus gerentes têm mais poder, é porque o conquistaram e assim demonstraram ter mais capacidade. A maioria é destituída de poder porque deve ter menos capacidade. Esse raciocínio se sustenta no pressuposto de que numa economia de livre mercado os ganhadores na competição “têm” que ser os melhores, exatamente porque o mercado é livre, aberto a todos desde que tenham capital. Se muitos estão excluídos do mercado porque não têm capital, isso apenas confirmaria que eles são menos capazes. As pessoas que não têm capital e nem poder têm tarefas, poucas tarefas, e podem passar a vida inteira cumprindo as mesmas tarefas, o que é profundamente alienante do ponto de vista do desenvolvimento humano. O trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção. Trabalhadores educados no capitalismo têm cada vez mais oportunidade de passar à economia solidária – isso está acontecendo, por exemplo, com empreendimentos que falham, entram em crise e os trabalhadores coletivamente os assumem organizados em cooperativas. Esse tipo de mudança representa a passagem da absoluta irresponsabilidade e ignorância em relação ao que ocorria na antiga empresa a uma nova situação, em que eles têm a responsabilidade coletiva pela nova empresa: se ela por algum motivo não ganha, eles também não ganham. Eles não têm um salário assegurado no fim do mês que é uma das conquistas importantes dos trabalhadores no sistema capitalista, no qual eles não participam dos lucros e tampouco dos riscos. Agora, trabalhando em sua própria cooperativa, eles são proprietários de tudo o que é produzido, mas também os prejuízos são deles. Os trabalhadores no princípio estranham, e algumas vezes até reclamam, mas acabam por compreender que essa é uma experiência libertadora. Quando os trabalhadores passam alguns anos praticando autogestão, mesmo que algumas vezes o empreendimento vá mal, eles preferem continuar na economia solidária a procurar uma oportunidade de trabalhar numa empresa capitalista.

Paulo de Salles Oliveira: Muitos conhecem a economia solidária como um recurso destinado às pessoas que foram excluídas do mercado de trabalho – não só os mais pobres, mas sobretudo esses. E ela tem sido acusada de ser uma espécie de reparadora dos malefícios dessa lógica perversa do mercado. Gostaria de saber o que você pensa disso.

Paul Singer: O que eu posso dizer é que essa foi efetivamente a função que a economia solidária realizou no Brasil nos anos 1990, e continua realizando agora, e é a razão de seu crescimento muito vigoroso. Ela tem uma função social; está efetivamente inserindo as pessoas na produção e na vida social. Há uma preocupação particular com os jovens, tanto do presidente Lula quanto da SENAES, no sentido de dar uma oportunidade aos jovens de periferia e de baixa escolaridade, que estão ociosos e caindo no crime. Falo dos homens, não das mulheres. As mulheres continuam estudando, mas elas abandonam as escolas porque acham que

não têm serventia, e uma parte acaba indo para o crime. Mas essa não é a função fundamental da economia solidária. Esperamos um dia eliminar a grande pobreza do país, e os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2006, dão boas esperanças de que isso venha a acontecer. O “Fome Zero” já cumpriu sua função; hoje praticamente ninguém passa fome no Brasil. Reduzimos o número de pobres, na porcentagem da população geral, de uma forma tão acentuada entre 2005 e 2006 que eu acredito que vamos ter menos de 10% de população pobre no fim deste mandato do presidente Lula, se a redistribuição mantiver esse ritmo. Agora, como eu disse no início, a economia solidária não se limita a isso; ela propõe uma outra economia, uma economia desalienante, que oferece ao trabalhador e ao conjunto das pessoas um ambiente de trabalho muito melhor, mais igualitário em vez de hierárquico. Isso interessa tanto aos camponeses e artesãos como aos profissionais universitários, artistas, cientistas etc. Como já mencionei antes, a economia solidária encontra adeptos também na classe média. Nós temos cooperativas de profissionais de classe média, desde a Unimed até os agrônomos, que têm hoje cooperativas. Tanto no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como na Unicafe, há muitos exemplos. Além desses, há jornais cooperativos, e na área cultural, sobretudo, há muitas cooperativas de teatro, de cinema. Por falar nisso, no Ministério da Cultura há um programa chamado “Cultura Viva”, dirigido principalmente a jovens de áreas faveladas e periféricas. Fazem um edital e os grupos se apresentam com sua produção, que pode ser artesanal, de pintura, música, dança, o que for. Hoje há quase setecentos pontos culturais no país todo, mas querem chegar a milhares. E a ideia é usar a produção cultural para inclusão produtiva. Estão fechando um acordo conosco e querem que nós passemos a capacidade de auto-organização da economia solidária para esses pontos de cultura. Já fizemos uma Feira Nacional de Economia Solidária junto com os pontos de cultura num evento chamado “Teia Cultural”, que aconteceu no edifício da Bienal em São Paulo em 2006 e se repetiu em Belo Horizonte, em 2007, criando-se uma articulação entre os empreendimentos de economia solidária e os pontos de cultura, que querem também fazer economia solidária. Espontaneamente, surgiram feiras em vários pontos do Brasil, unindo os empreendimentos de economia solidária com gente pobre e os pontos de cultura, que recebem do Ministério da Cultura equipamentos para reproduzir som e imagem. Então, a função integradora num país em crise, numa sociedade em crise, é primordial, no momento. Mas a minha perspectiva é a de que, superados os problemas da miséria e da pobreza – e acho que isso pode se dar em pouco tempo –, a economia solidária terá uma imensa função no país. O caso de Mondragón, entretanto, mostra que isso não é uma certeza. Mondragón continua sendo basicamente economia solidária, mas está com problemas graves. Por exemplo, estão usando cada vez mais trabalho assalariado temporário dentro de Mondragón para atender à demanda. Como ninguém é despedido em cooperativas, se ela tiver grandes mudanças de demanda ao longo do ano, acaba tendo dificuldades de fazer que o excesso de pessoas, quando não há muito trabalho, sobreviva. Então, estão empregando assalariados, mas isso é uma distorção que vai contra os princípios, na verdade. Nosso grande interesse, igual ao de Mondragón, é entender e adaptar a economia solidária a uma situação de não-miséria. E não permanecer na necessidade de socorro. Agora, existem teóricos da economia solidária que a vêem como uma parte compensadora dentro do

capitalismo. Acreditam que o capitalismo está aí para ficar, mas que necessita, como contrapeso aos seus exageros – desigualdade, criação de miséria –, de uma economia solidária, apoiada no estado. Laville defende isso com todas as letras. Não é meu ponto de vista.

b. Contexto histórico:

Neste tópico, busca-se apresentar um breve contexto histórico de evolução da Economia Solidária, em um primeiro momento no cenário mundial, para depois trazer as matrizes brasileiras. Segundo apresentado por Leal e Rodrigues (2018), durante o início do século XIX o continente europeu conhecia uma nova realidade marcada pela Primeira Revolução Industrial. E neste período, com o surgimento da máquina a vapor, com a grande intensificação da força industrial, com isso provocando uma enorme substituição humana com condições de trabalho cada vez mais degradantes e forte desemprego e miséria, surgem os primeiros traços do que seria a Economia Solidária, ainda sob a forma de Economia Social, como forma de reação a precariedade vivida na época.

E, segundo Ogando (2011), corroborando com a ideia, as primeiras formas associativas estão relacionadas, praticamente, às primeiras formas capitalistas de produção, mostrando a íntima relação entre ambas. Com isso, segundo o mesmo autor, frente às precárias condições de vida, forte desigualdade social enfrentada e falta de oportunidades na época, foi necessária uma forma de organização e trabalho que não pautasse naqueles que detinham os meios de produção e que utilizava o trabalhador apenas para obtenção de seus objetivos desenfreados, e sim numa forma de trabalho ligada à grande maioria dos trabalhadores, que pudesse proporcionar melhores condições a estes.

Destaca-se, segundo Leal e Rodrigues (2018) que a Economia Solidária chegou à América, tanto do Norte quanto da América Latina, com o desenvolvimento da teoria econômica da autogestão, na década de 1980. Já no Brasil, através de importantes ações ao final dos anos 1980 a Economia Solidária se fundou. Na imagem abaixo é apresentada uma pequena construção histórica da Economia Solidária no Brasil. Nota-se que inicialmente houve pouca participação estatal na consecução da Economia Solidária, porém com o fortalecimento do movimento, ele começou a receber um apoio maior do Estado. Porém, recentemente foi subtraído através de movimentações políticas diversas, mas mesmo com esse enfraquecimento no fomento da Economia Solidária, movimentos e coletivos sociais diversos crescem e cada vez mais em nosso país.

Final da década de 1980	CÁRITAS PACS ITCP	Iniciativas descentralizadas e pouca participação estatal
1998 – 2020	Iniciativas municipais: em Porto Alegre, São Paulo, Recife e Bélem	
2001	1º FSM	Criação de GT Brasileiro de Economia Solidária
2003	Governo Lula: criação do SENAES	2º FSM: <ul style="list-style-type: none"> → Plenária de ES; → Proposta de Institucionalização da ES → Fórum Brasileiro de ES → ES/Fome Zero → Criação do CNES → Criação do SENAES/MT Paul Singer
2017	Governo Temer: rebaixamento do SENAES	
2019	Governo Bolsonaro: extinção do SENAES	Ministério da Cidadania <ul style="list-style-type: none"> → Departamento de inclusão produtiva urbana → Coordenação Geral de Economia Solidária, associativismo e cooperativismo

c. Princípios norteadores:

Para melhor compreender a Economia Solidária, faz-se necessário pensar quais são os princípios norteadores deste movimento. Com isso, não pensar apenas no modo de produção, mas também nas organizações que fazem parte do processo, seus atores, as interações que são realizadas entre estes, entre outros fatores, e, para assim, apresentar quais são os pontos relativos a estes empreendimentos.

A seguir, estão elencados os principais pontos relativos aos princípios da economia solidária, como a **solidariedade, autogestão, cooperação e a democracia**. Mas vale lembrar, por fim, que estes não são os únicos, uma vez que a economia solidária se mostra como um campo amplo e muito fértil para criação e difusão de ideias.

O primeiro deles é o **PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE**. Como o próprio nome já apresenta, temos a solidariedade como base neste movimento. Mas é importante ressaltar que esta não se confunde com filantropia, ou ações que buscam atender a necessidades especiais de populações carentes, e sim uma solidariedade que busca a igualdade, reciprocidade, formas de organização e produção que não degradem o trabalhador etc.

Outro fator importante a ser destacado é o **PRINCÍPIO DA AUTOGESTÃO**. Este se mostra fundamental para que não exista ou sejam criadas hierarquias entre os participantes dos empreendimentos, ou seja, através desse princípio é garantida a igualdade entre todos os membros. Segundo Leal e Rodrigues (2018), uma possível definição da autogestão está relacionada à alternativa da heterogestão, uma vez que esta apresenta uma estrutura não hierarquizada, que é pautada no trabalho coletivo e na organização democrática dos trabalhadores. Para o mesmo autor, a autogestão é fundamental para romper a alienação do trabalhador, uma vez que este deixa de apenas cumprir ordens superiores, sem qualquer questionamento e acaba protagonizando suas vidas e formas de trabalho. Para melhor entender este conceito de autogestão, faz-se necessário uma diferenciação entre a estrutura hierarquizada e a não hierarquizada.

A primeira se remete àqueles moldes tradicionais capitalistas de produção, ou seja, há um superior que ordena uma determinada tarefa ou função a um subordinado e este cumpre, sem maiores questionamentos. Já a segunda, pauta-se em grupos de trabalhos que coordenam e desempenham diversas funções ao mesmo tempo, ou seja, estão na base e no topo da estrutura organizacional concomitantemente. Nesta ainda, órgão superior de decisão é a assembleia geral, que é composta por todos os trabalhadores do empreendimento.

O **PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO** está relacionado com o modelo de produção, uma vez que é priorizada a troca justa entre os trabalhadores e não a competição entre estes. Na lógica tradicional, busca-se a competição entre os pares para uma possível melhoria dos resultados, através dos interesses individualizados. Na economia solidária busca-se através do trabalho consensual e coletivo, através de ações coordenadas, o atingimento de objetivos comuns.

E, por fim, o **PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA**, se mostra-se basilar nesta proposta de produção alternativa, pois ele consagra a livre opinião e a igualdade entre todos os participantes do empreendimento. Normalmente, quando discutimos sob a ótica da economia de mercado, há uma unidade de comando, sem espaço para o diálogo e debate entre os trabalhadores. Já na economia solidária, é proposto justamente o contrário, ou seja, que todos os participantes tenham condições de expor suas opiniões e decidir democraticamente os caminhos a serem seguidos pela organização produtiva.

Dentro deste contexto, conforme Fernandes & Betanho (2017) quando apresenta os princípios segundo a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária, corroborando com o ideal anterior, são princípios da Economia Solidária: a) cooperação; b) autogestão; c) Ação Econômica; e d) Solidariedade. Estes conceitos não se diferem do anteriormente apresentado, a não ser a Ação Econômica, que apresenta que a economia solidária é formada por ações de condão econômico, com vistas à produção, comercialização ou prestação de serviços, claro, desde que não firam os demais princípios inerentes ao movimento.

d. Comparativo entre as formas capitalista e solidária:

Para diferenciar as economias tradicionais atuais (Economias de Mercado) frente a Economia Solidária se faz necessário refletir acerca de alguns pontos básicos, a serem citados a seguir:

1. O sistema capitalista está presente em grande parte das sociedades contemporâneas, ou seja, essa é a lógica de trabalho e produção presente na maioria dos Estados atualmente. E esta forma de trabalho fundamenta-se basicamente na livre concorrência e no acúmulo de capital, pautas bases do liberalismo. E esta, sem pensar em formas equitativas de trabalho e produção, provoca grandes desigualdades sociais entre os seus membros.
2. Já a economia solidária busca um contraponto ao capitalismo, ela pauta-se na busca pela emancipação política e social do trabalhador, sem buscar o acúmulo de capital exacerbado e sim a geração de renda e inclusão social.

Quadro 01: Quadro comparativo entre Economia de Mercado e Economia Solidária

ECONOMIA DE MERCADO	ECONOMIA SOLIDÁRIA
Capital e trabalho são recursos de pessoas diferentes	Capital e trabalho pertencem aos trabalhadores
<i>Objetivo:</i> Lucro	<i>Objetivo:</i> desenvolvimento econômico-financeiro-social
<i>Características básicas:</i> Individualismo e competição	<i>Características básicas:</i> Solidariedade e cooperativismo
<i>Retorno financeiro:</i> Concentrado nos donos da organização	<i>Retorno financeiro:</i> Distribuídos entre os trabalhadores envolvidos no processo
<i>Papel social:</i> Agentes econômicos	<i>Papel social:</i> Agente econômico e social
Exercer poder sobre o mercado	Relaciona-se com o mercado

Responsabilidade Social retórica	Responsabilidade Social de fato
Estado não participa (ou não deveria)	Atuam em conjunto: Estado + Sociedade + Trabalhadores

Fonte: Fernandes e Betanho, 2017.

e. Órgãos apoiadores:

Por se tratar de um ambiente plural, ou seja, onde há a participação do Estado, da sociedade, e dos trabalhadores no processo de produção, a Economia Solidária apresenta diversos atores e apoiadores, e segundo extinta SENAES (2015) quando apresentado por Fernandes & Betanho (2017), há pelo menos quatro grupos que apoiam e desenvolvem a Economia Solidária no Brasil, são eles: (1) os próprios empreendimentos econômicos solidários; (2) as Entidades de Apoio e Fomento, como por exemplo as incubadoras sociais como a IS da UFSM organizações não governamentais; (3) as Organizações representativas e movimentos sociais, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária; e, por fim, (4) os órgãos governamentais ligados ao desenvolvimento da Economia Solidária, em seus diversos níveis (Federais, Estaduais e Municipais), além da Coordenação Geral de Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo, ligada ao Ministério da Cidadania, que em nível Federal é responsável pela diversas atividades que buscam apoiar e desenvolver a Economia Solidária.

Acerca das atuais instituições de fomento à Economia Solidária vale citar:

- **Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES):**

Proposta: O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária e espaço de articulação e diálogo entre diversos atores, diversas atrizes e movimentos sociais pela construção da economia solidária, como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. (FBES, 2021).

Contato: <https://fbes.org.br>

- **Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS):**

Proposta: A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi criada em 1999 pela CUT juntamente com a Unitrabalho, DIEESE, FASE e outras organizações. Constitui uma nova fase para os trabalhadores, a busca de novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de

desenvolvimento. A ADS vem consolidando suas ações na promoção da economia solidária e no desenvolvimento sustentável para o fortalecimento e constituição de cooperativas e de empreendimentos coletivos solidários como um meio de gerar trabalho e renda.

Contato: <https://www.desenvolvimentosolidario.org.br/>

- **UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários):**

Proposta: A UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) é uma associação civil com fins não econômicos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos reais interesses da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira com base nos valores da democracia e da justiça social.

Contato: <http://portal.unisolbrasil.org.br/quem-somos/>

- **Caritas Brasileira:**

Proposta: Há mais de 35 anos a Cáritas fomenta e apoia diversas iniciativas de EPS em todo o território nacional. Aproximadamente, 600 agentes Cáritas de 176 entidades-membro acompanham empreendimentos formados por jovens, grupos de cultura, catadores/as, mulheres, população em situação de rua, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situação de risco etc.

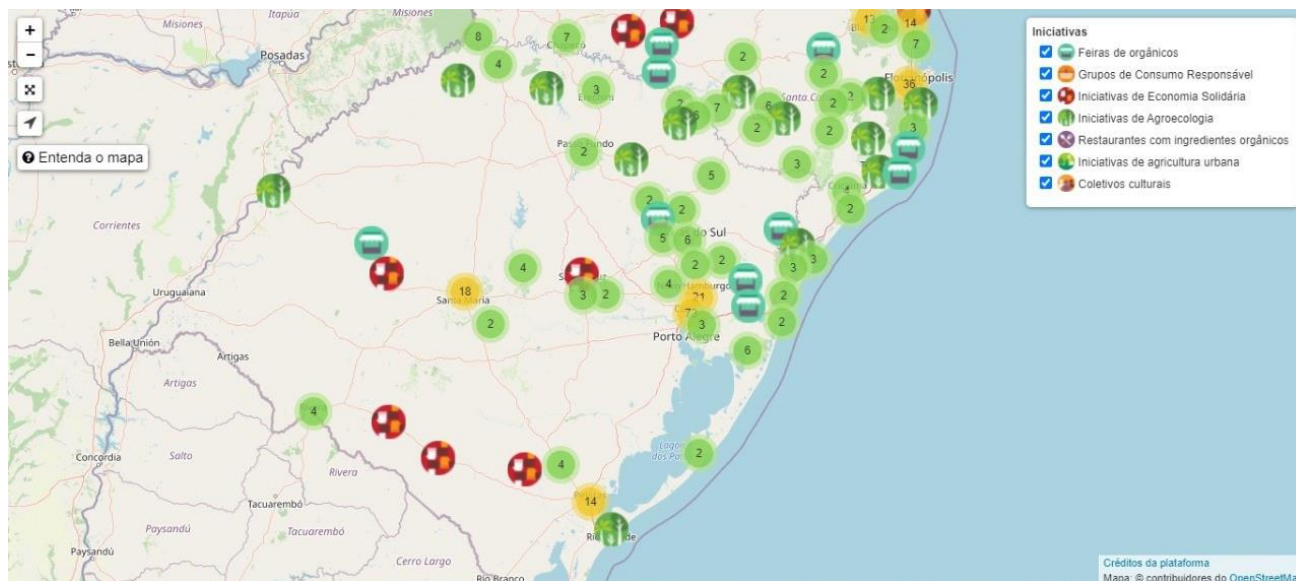
Contato: <https://caritas.org.br/area-de-atuacao/2>

Porém destaca-se que estes não são os únicos existentes, e que é sempre indicado nas localidades onde o empreendimento ou empreendedor a criação de redes com objetivo de fortalecer o movimento e aqueles envolvidos.

f. Exemplos:

São vários os exemplos encontrados pelo Brasil afora sobre empreendimentos e empreendedores que pautados pela Economia Solidária fortaleceram suas atividades econômicas. Para deixar mais ilustrativo, trouxemos, um mapa sobre as iniciativas voltadas à Economia Solidária no Rio Grande do Sul.

Imagem 01: Mapa de empreendimentos solidários no RS



Neste mapa é possível notar a quantidade de empreendimentos solidários, agroecológicos e de consumo responsável existentes no estado na época da pesquisa. Mas vale destacar, que muitas iniciativas não estão mapeadas, mas ainda fazem parte deste meio tão importante de desenvolvimento do trabalhador.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acima, é possível enxergar que a Economia Solidária se mostra como uma importante alternativa para a melhoria das condições de vida do trabalhador, pois através de seus ideais de cooperativismo, igualdade social, justiça, equidade, ela proporciona condições justas para este grupo. E pensar em formas de promoção destes grupos é fundamental para o desenvolvimento local e regional, além de proporcionar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Com isso, refletir sobre estas iniciativas, como fortalecê-las, como melhorar a vida do trabalhador para que este não caia nas tentações da lógica de mercado, é fundamental e nós, da Incubadora Social da UFSM, estamos aqui para ajudá-los.

REFERÊNCIAS

- **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO (ADS).** 2021. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosolidario.org.br/>. Acesso em: 22 set. 2021.
- ALVES, Juliano Nunes; FLAVIANO, Viviane; KLEIN, Leander Luiz; LÖBLER, Mauri Leodir; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. **A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros.** Cadernos Ebape.Br, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 243-257, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120257>.
- FERNANDES, José Eduardo; BETANHO, Cristiane. **ECONOMIA SOLIDÁRIA NOSSO SUL: a transformação pela solidariedade.** Uberlândia: Navegando, 2017.
- **FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES).** 2021. Disponível em: <https://fbes.org.br/>. Acesso em: 22 set. 2021.
- LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES.** Revista Humanidades e Inovação, Brasil, p. 210-221, dez. 2018.
- Ogando, Cláudio. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESIGUALDADES: UMA ANÁLISE À PARTIR DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA.** Cláudio Ogando; orientador, Ary Minella - Florianópolis, SC, 2011. 133 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.
- REIS, Tatiana Araújo; MEIRA, Ludmeira. **A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões.** XXIX ENANPAD - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais. Brasília (DF): ANPAD, 2005.
- SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. **A economia solidária como base do desenvolvimento local.** E-Cadernos Ces, [S.L.], n. 02, p. 1-16, 1 dez. 2008. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/eces.1451>.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer. **Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira.** Estudos Avançados, SI, 62, p. 289-134 UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários). 2021. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/>. Acesso em: 22 set. 2021.
- **SOLIDARIEDADE.** Michaelis, 2021. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/solidariedade/>. Acesso em 20/09/2021.
- **ECONOMIA.** Michaelis, 2021. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/economia/>. Acesso em 20/09/2022.